

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.034 - SP (2019/0299177-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECLAMANTE : CS9 SERVICOS DE CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
YUN KI LEE - RJ165219
RECLAMADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS
MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO DO JUÍZO SINGULAR. NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO DO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU. RECLAMAÇÃO PER SALTUM. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTE DO STF. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL.

DECISÃO

Trata-se de reclamação (com pedido de liminar) ajuizada em face de decisão que não determinou a suspensão da execução.

A reclamante sustenta que:

Ou seja, uma vez decretada a recuperação judicial da Reclamante, deveria o Juízo ter determinado de plano a suspensão de todas as ordens de bloqueios, restrições, constrições ou qualquer outro gravame de bens, direitos e numerários da Reclamante nas execuções fiscais em tela.

E assim, porquanto o E. STJ firmou entendimento de que a manutenção ou prosseguimento de atos constitutivos ou expropriatórios no bojo das execuções fiscais compromete o fim único da recuperação judicial, qual seja, a preservação da empresa.

De fato, consta inclusive do Enunciado 8 (publicado na edição 37 da Jurisprudência em Tese do STJ), que, com a recuperação judicial, todo e qualquer ato de constrição ou alienação do patrimônio da recuperanda passam à competência do juízo da recuperação judicial.

Requer a suspensão liminar *"das execuções fiscais em tela em virtude da recuperação judicial, bem como determine a suspensão de todo e qualquer ato ou medida que implique em constrição ou bloqueio de bens, direito ou numerário da Reclamante em função destas execuções"*.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do art. 105, f, da CF/88, c/c o art. 988 do CPC/2015, cabe reclamação da parte interessada ou do Ministério Público, dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, para: (a) preservar a competência do Tribunal; (b) garantir a autoridade das decisões do Tribunal; (c) garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de

Superior Tribunal de Justiça

incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (d) garantir a observância de acórdão de recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos quando exauridas as instâncias ordinárias.

No caso, verifica-se que a pretensão da reclamante consiste na reforma da decisão/despacho que determinou a manifestação da Fazenda Pública. Nessa hipótese, não é possível a utilização da reclamação como sucedâneo recursal.

Nesse contexto, eventual impugnação (a esta Corte) deveria ser apresentada em face da decisão do Tribunal de segundo grau, não sendo possível a utilização da via da reclamação para atacar, *per saltum*, a decisão do juízo de primeiro grau.

A corroborar esse entendimento, destaca-se o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER ERGA OMNES E EFEITO VINCULANTE QUE TERIA SIDO ATRIBUÍDO AO RE 600.885-RG/RS. COMPETÊNCIA PARA A SOLUÇÃO DE CASOS CONCRETOS. INADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO DA RECLAMAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. I - Conquanto o decidido nos recursos extraordinários submetidos ao regime da repercussão geral vincule os outros órgãos do Poder Judiciário, sua aplicação aos demais casos concretos, em observância à nova sistemática instituída pela EC 45/2004, regulamentada pela Lei 11.418/2006, não poderá ser buscada, diretamente, nesta Suprema Corte, antes da apreciação da controvérsia pelas instâncias ordinárias; II - O instrumento da reclamação não pode ser utilizado a fim de que, *per saltum*, seja aplicado o entendimento firmado no RE 600.885-RG/RS a processo em curso no primeiro grau de jurisdição; III - A reforma das decisões dos juízes de primeiro grau, contrárias à orientação firmada em julgamentos afetos ao regime da repercussão geral, deve ser feita pelo Tribunal a que estiverem vinculados, pela via recursal ordinária. Precedente: Rcl 10.793/SP, Rel. Min. Ellen Gracie; IV - Agravo a que se nega provimento. (AgR na Rcl 12.600/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 7.12.2011)

Diante do exposto, indefiro liminarmente a inicial da reclamação.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator